



Destaque Rural Nº 274

24 de Maio de 2024

**COOPERAÇÃO:
INTERESSES CRUZADOS EM PAÍSES FRÁGEIS.
O CASO DE MOÇAMBIQUE**

João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura analisar a cooperação internacional em Moçambique numa perspectiva integrada das relações externas. Pretende-se demonstrar como as componentes económicas internas e externas, se articulam coerentemente com os interesses políticos e geoestratégicos, através de alianças entre as elites políticas e económicas dos países. Como resultado, reproduzem-se relações de dependência, do subdesenvolvimento e da pobreza.

O texto apresenta, na segunda secção, o método de análise da cooperação utilizado com base num esquema necessariamente simplificador das realidades, mas útil para a organização do texto e compreensão dos leitores. Na terceira secção, apresentam-se alguns casos relevantes de cooperação em Moçambique, relacionados com o investimento directo estrangeiro (focalizado na carbonífera Vale Moçambique em Tete), nas influências sobre as políticas públicas (Projecto SUSTENTA), a Guerra em Cabo Delgado e a intervenção militar no âmbito de geoestratégias, e a cooperação sob diversas formas (apoio humanitário, social, ambiental e outras), designada de "cooperação de aspirina²". Finalmente, faz-se um resumo, considerando os casos apresentados.

2. ESQUEMA DE ANÁLISE

A figura 1 apresenta o esquema utilizado para a análise das relações externas, sejam políticas, como militares, económicas e de cooperação. O autor considera estas componentes como interligadas e coordenadas entre si, através de elites políticas e económicas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, refutando, pelo menos em grande medida, pela existência de relações externas apenas envolvendo países e blocos regionais (hegemonia da África do Sul na SADC, o renascimento dos BRICs, as lutas entre a Alemanha e França no quadro da União Europeia, etc.), tanto sob a forma bilateral, multilateral como por intermediação de organizações internacionais³.

¹ Investigador Coordenador do OMR.

² A aspirina é um medicamento de alivia sintomas (por exemplo, febres) de doenças, sem, contudo, as curar.

³ Long (1986) afirma que as relações económicas entre países não são entre governos, mas, sim, entre as elites dos países envolvidos que se beneficiam mutuamente. Pode-se adicionar a este argumento, a

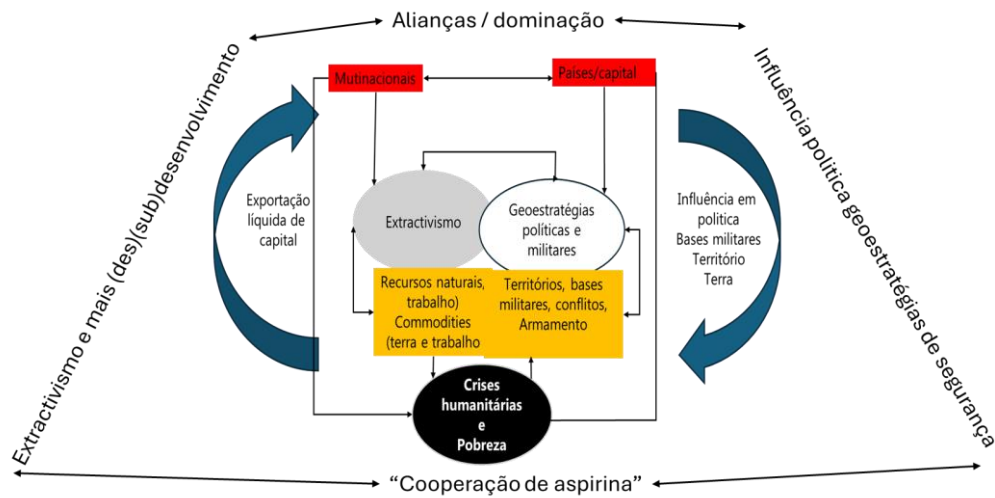
Os objectivos da cooperação são, em quase todos os casos, determinados pelas grandes potências que possuem dois braços executivos principais: (1) o poder militar e de influência política, com contrapartidas para assegurar os objectivos geoestratégicos à escala mundial e regional; e, (2) o poder económico, principalmente através das multinacionais, que garantem a extracção de recursos (naturais, *commodities* e verdes), a reexportação líquida do capital, reconfigurando, permanentemente, a divisão internacional do trabalho com a manutenção de padrões de desenvolvimento que reproduzem o subdesenvolvimento.

O que resta nos países em desenvolvimento, são a pobreza e mais desigualdades económicas sociais e territoriais, as crises humanitárias, a destruição dos solos, da flora, da fauna bravia e da paisagem, e a penúria de capital. As elites políticas enriquecem desmedidamente por via da corrupção e da fragilização das instituições do Estado, tornando-o incapaz de exercer as funções de regulação, fiscalização, e de um sistema judiciário, igualmente alinhado com os sistemas políticos e as alianças com as elites dos países cooperantes e, em particular, com o capital externo. Nos países em desenvolvimento, fica também a poluição, afectando a saúde pública, conflitualidades políticas, laborais e sociais, repressivamente combatidas pela polícia reforçada para o efeito.

Para atenuar os efeitos sociais e ambientais e de saúde pública negativos, existem as organizações internacionais e da sociedade civil, internacionais e nacionais, que possuem recursos e programas alimentares, de saúde e educacionais, de promoção da igualdade do género, programas para a criação de emprego entre os jovens, de capacitação e organização comunitária, entre outras actividades. A esta cooperação, que não enfrenta os sistemas políticos e económicos, mas viabiliza-os dando uma face humanitária e reduzindo os riscos de mais conflitos, é designada de "cooperação de aspirina". Eventualmente, salvaguarda-se a tradicional cooperação com os países nórdicos.

existência de cooperações ou acções militares e de segurança que são fundamentalmente associadas a questões geoestratégicas. Long, Norman (1986): "Introduction: The Raison d'Être for Studying Rural Development Interface". Em *Encounters at the Interface – A perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen, Agricultural University

Figura
Esquema de relações externas



Fonte: autor.

3. RELAÇÕES EXTERNAS DE MOÇAMBIQUE

3.1 INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE) – AS MULTINACIONAIS. O CASO DO CARVÃO DE TETE

Moçambique é um país fortemente dependente do investimento estrangeiro devido, essencialmente, à baixa poupança interna, a uma forte desindustrialização depois dos anos 90 do século XX, às políticas monetárias e fiscais penalizadoras do investimento interno e da tradicional debilidade do empresariado nacional.

O IDE em Moçambique, através de multinacionais, concentra-se na exploração de recursos naturais (gás, carvão, areias pesadas, rubis, ouro, pedras preciosas, produtos florestais e faunísticos) e em *commodities* (açúcar, algodão, frutas, feijão bóer, gergelim, óleo alimentar e tabaco), para exportação, com pouco valor acrescentado no país e poucas relações intersectoriais.

As multinacionais operam com grandes benefícios fiscais⁴, excepionalidades legais⁵ e facilidades operacionais. Para operarem, necessitam de importar equipamentos e

⁴ “Durante os anos 2016 a 2022, o Governo mobilizou cerca de 216,9 mil milhões de meticais em Obrigações do Tesouro (OTs), Bilhetes do Tesouro (BTs) e outros instrumentos da dívida pública interna para cobrir o défice fiscal. Entretanto, no mesmo período, o Governo deixou de arrecadar cerca de cerca de 150,6 mil milhões de meticais devido a benefícios fiscais concedidos a megaprojectos, dinheiro suficiente para cobrir 69,4% das necessidades internas de financiamento”. CIP (2023). *Valor dos benefícios poderia cobrir mais de 69% das necessidades de financiamento interno*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

⁵ Excepionalidades legais, como, por exemplo, a presença e mobilidade fronteiriça de técnicos estrangeiros.

técnicos. São grandes contribuintes de receitas de divisas⁶. O Estado não possui capacidade de fiscalização das operações de exportação (quantidade, qualidade e nos mercados de destino⁷). As multinacionais operam com cobertura política e de segurança⁸⁹.

Existe o que se designa de responsabilidade social das empresas (RSE)¹⁰, que pretende atenuar os efeitos negativos da exploração extractivista, como, por exemplo, habitação para o reassentamento de populações, formação de trabalhadores, apoios à exploração agrícola e a pequenas iniciativas de auto-emprego, construção de escolas e centros de saúde, poços de água nas aldeias dos reassentados, entre outras actividades. Todas estas actividades, geralmente de baixa qualidade constituem responsabilidade do Estado que apaziguam riscos de conflitos e transmitem uma imagem social das multinacionais. Estas actividades estão inclusas nos custos sociais das empresas que são descontadas nos eventuais lucros e correspondentes impostos. Na realidade, todas as actividades apresentadas (e outras) de RSE são funções do Estado que as deveria realizar através dos impostos pagos pelas empresas.

Entretanto, há responsabilidades do Estado e das multinacionais resultantes da extracção que não são cumpridas ou “compensadas”, como, por exemplo: (1) a reposição dos solos, da morfologia, da flora, dos buracos resultantes das escavações e a desmatação e da fauna previamente existente à exploração dos recursos; (2) os danos causados na saúde pública devido à poluição do ar, da terra e da água, como, por exemplo, doenças respiratórias; (3) os custos da mudança do local de habitação e de produção, incluindo dos modos de vida. Acrescenta-se que as percentagens dos valores das licenças de exploração que devem ser devolvidos às comunidades por via do Orçamento Geral do

⁶ Durante a primeira e segunda década deste século, o carvão e o alumínio representaram entre 60% e 70% do total das exportações.

⁷ Segundo Lourenço Sambo em declarações à @Verdade, “o problema com a petrolífera sul-africana [Sasol] não está relacionado com eventuais benefícios fiscais, mas, antes, com a falta de “capacidade de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique”. Em CIP (2018). *Poucos benefícios da SASOL em Inhambane devem-se à incapacidade “de controle por nossa parte do gás que sai de Moçambique”*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

⁸ Segundo o CIP (2023). *Preço de referência – Regulamento insuficiente para combater a subfacturação no sector extractivo*. Centro de Integridade Pública. Maputo. “... a fiscalização, determinação do volume de produção, avaliação da qualidade dos minerais e a transparência de todo o processo para a determinação do valor do produto mineiro prevalecem, actualmente, como os maiores desafios”.

⁹ Por exemplo: em Tete (Moatize), na exploração de carvão pela Vale, a polícia interveio repressivamente contra manifestações de trabalhadores por razões de condições laborais e salários e da população reassentada por reivindicar melhor habitação, água, condições de produção agrícola e pecuária, transportes públicos e serviços de educação e saúde. A inauguração da Vale em Tete contou com a presença de Armando Guebuza, Presidente da República, de Rogel Agnelli, Presidente da Empresa Vale, , e de Esperança Bias, Ministra dos Recursos Minerais, , entre membros do Conselho de Ministros, membros do Governo Provincial, do Governo do Distrito de Moatize e diversas personalidades. Esteve ainda presente Joaquim Chissano ex-Presidente da República.

¹⁰ A responsabilidade empresarial social é uma estratégia composta por acções voluntárias de empresas em benefício da sociedade, incluindo iniciativas voltadas ao público interno, como o treinamento de colaboradores, com projectos que envolvem a comunidade do em torno, cujo objectivo é melhorar o ambiente e a comunidade ao redor da empresa

Estado, não chegam, ou, em caso afirmativo, são em valor muito inferior ao estabelecido por lei.

A partir do caso do IDE na indústria extractiva do carvão, pode-se confirmar alguns dos aspectos constantes na figura 1, como, por exemplo: (1) a extracção de recursos (neste caso, o carvão exportado em bruto); (2) relações entre os interesse dos países e das empresas e cobertura política da actuação das multinacionais; (3) entrada e saída de capitais com saldo líquido desfavorável para o país; (4) emergência de conflitos à volta da terra, das condições laborais e de protestos sociais nos reassentamentos; (5) efeitos negativos económicos ao nível local e humanitário nas comunidades abrangidas, o aumento da pobreza¹¹. Neste caso, não estão presentes aspectos geoestratégicos, militares e de ocupação (reservas económicas) de territórios.

3.2 A cooperação de organizações internacionais - o caso do SUSTENTA

O SUSTENTA é um programa que, na sua fase piloto (2017-2019), foi fundamentalmente financiado pelo Banco Mundial e implementado em 11 distritos das províncias de Nampula e Zambézia. O conceito inicial transformou-se numa estratégia nacional, implementada em várias províncias ou em zonas dentro de uma província. Da avaliação dessa fase piloto, segundo o estudo do OMR¹², pode-se inferir:

Os resultados produtivos revelam claramente uma maior priorização das culturas de rendimento (feijão bóer, gergelim e soja), para além do milho que, na zona, também é tradicionalmente uma produção comercializável e um bem essencial de consumo familiar. Os dados de campo indicam que, não obstante o aumento da produção de alguns produtos e dos rendimentos monetários, a melhoria da segurança alimentar é pouco consistente em consequência da redução da produção de bens essenciais de uma dieta alimentar equilibrada (como as hortícolas e frutas) e diversificada (redução do amendoim, arroz, cebola, hortícolas, tomate, entre outras).

A implementação do SUSTENTA não está assente numa concepção de desenvolvimento rural (ou territorial) integrado, devido à ausência de planos intersectoriais locais e ao facto do Programa ser fundamentalmente “agrarista”.

Os centros de decisão públicos possuem métodos centralizados e verticalizados, actuam de forma descoordenada entre os níveis central e local e as escolhas dos produtores para exercerem as funções de PACE revelam uma clara incidência em membros filiados em partidos políticos (maioritariamente na FRELIMO), funcionários públicos, “autoridades locais”, entre outros.

¹¹ Veja Feijó, João (2016). Investimentos, Assimetrias e Movimentos de Protesto na Província de Tete. Observador Rural N° 44. OMR, Maputo.

¹² Capaina, Nelson, Nova, Yara e Mosca, João (2024). *Análise do Projecto SUSTENTA (2017-2019)*. Observador Rural N° 141. OMR, Maputo.

O SUSTENTA parece ser insustentável por várias razões: (1) por depender de recursos externos com prazos limitados enquanto os processos de transformação estrutural são de longo prazo; (2) por não fazer emergir um tecido empresarial local que actue em condições de mercado concorrencial; (3) pela forma de estruturação e actuação das burocracias; e, d) porque não é socialmente alargado, sendo, por isso, portador de possíveis riscos de conflitualidades.

Com base no caso do programa SUSTENTA, pode-se inferir alguns dos aspectos constantes na figura 1, como, por exemplo: (1) uma organização internacional a influenciar, por via do financiamento, a política agrária; (2) o alargamento de uma base social eleitoralista do partido no poder, através de apoios destinados discricionários aos seus membros; (3) a priorização da produção de bens para exportação (extractivismo de *commodities*), em detrimento da segurança alimentar.

Neste caso, são evidentes as alianças políticas e económicas entre uma organização internacional e o governo, para a implementação de um modelo de desenvolvimento agrário extractivista, que alarga a base social do partido no poder. A insustentabilidade do SUSTENTA pode ser propositada, por parte das organizações internacionais, para que o Moçambique se mantenha, a longo prazo, sujeito ao financiamento externo e a um padrão de desenvolvimento agrário extrovertido e dependente da importação de alimentos no quadro da divisão internacional do trabalho dos sistemas agro-alimentares e das respectivas multinacionais.

3.3 O caso da guerra em Cabo Delgado

O gás da bacia do Rovuma acolhe interesses de vários países e das multinacionais, num quadro mais amplo de acesso a recursos energéticos, temporariamente alternativos ao petróleo e outras fontes fósseis. São claras as relações entre as multinacionais e os países de origem do capital (acesso a recursos energéticos, ampliação da intervenção económica e negócios em vários sectores) com os interesses de Moçambique para a obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento empresarial (*pipelines* internos e/ou para países vizinhos, certo tipo de logística, restauração e hotelaria, transportes, etc.).

Cabo Delgado está em guerra desde 2017, depois das descobertas do gás e do início das conversações e contractos de exploração. Face à incapacidade de o exército nacional evitar as situações de conflito, instabilidade militar e social, surgiu a intervenção militar do Ruanda, intermediada, política e financeiramente, pelo eixo franco-americano, da TotalEnergies, única empresa petrolífera¹³ actualmente com acções de preparação da exploração em *offshore*, mas com inevitáveis actividades no continente. A TotalEnergies oferece condições de alojamento e financiamento para o desenvolvimento de actividades económicas, como, por exemplo, criação de oportunidades de negócios para jovens, actividades comerciais, entre outras. Alguns desses programas são executados

¹³ Existem outras, como a ExxonMobil (EUA), ENI (Itália), empresas chinesas e indianas.

por organizações da sociedade civil moçambicana, cujos fundos da TotalEnergies são intermediados por organizações com interesses conhecidos no país. As forças ruandesas, com o apoio da TotalEnergies, têm assegurado uma segurança efectiva num raio de cerca de 60Km em redor de Afungi.

Não é de descartar que a França seja, neste caso, o “peão”¹⁴ dos grandes interesses confluentes e divergentes internacionais, relacionados com as rotas estratégicas de controlo militar do Índico, de acesso a recursos mineiros da zona Austral de África até ao Congo e de *commodities* para países asiáticos. Por essas razões, emergem interesses de vários países na extracção de floresta de Niassa e de *commodities* agrícolas e, simultaneamente, o negócio do carbono nas florestas de Niassa, as pedras preciosas, os rubis de Montepuez e a pesca marítima. Surgem, assim, os corredores de Maputo, Beira e Nacala, o Corredor do Desenvolvimento Integrado Pemba-Niassa (financiado principalmente pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)). O financiamento tem como objectivo primeiro o “Desenvolvimento da Zona Especial de Processamento Agro-Industrial (SAPZ), para a instalação das últimas fases em Moçambique da transformação dos produtos resultantes do agro-negócio a desenvolver em Niassa.

O Projecto Coral Sul FLNG, liderado pela italiana ENI, que extrai e liquefaz gás natural desde Outubro de 2022, através de uma plataforma flutuante ancorada na Área 4 da bacia do Rovuma, já drenou até Maio corrente o equivalente a cerca de 40 milhões de USD em receitas fiscais, para os cofres do Estado¹⁵. Neste caso, não há qualquer agregação de valor, criação de empregos, receita fiscal complementar, nem, tão pouco, existe capacidade de controlo e de fiscalização. Não é conhecido onde foi depositado esse valor, sendo que as vozes oficiais (nomeadamente do Ministro Max Tonela), afirmam que o valor integrará o Fundo Soberano, assim que estiver constituído¹⁶.

No caso de Cabo Delgado e da guerra, pode-se relacionar os seguintes aspectos com a figura 1: (1) interesses políticos e militares estratégicos de potências mundiais e incapacidade de os exércitos nacionais assegurarem a paz e a estabilidade; (2) emergência de novos programas de desenvolvimento territorial extractivista de agronegócio (corredor Pemba-Niassa), com envolvimento de interesses externos (corredor Pemba-Niassa); (3) conflito militar e instalação de forças e bases militares em Moçambique, com perdas de soberania; (4) aumento ou emergência de negócios para empresários nacionais relacionados com a situação militar e de logística; (5) mais de um milhão de pessoas deslocadas em graves situações de sobrevivência e incapacidade de instituições nacionais e de organizações humanitárias internacionais e consequente

¹⁴ A França está a tentar ser o “peão”/ (“pivot”), usando a influência diplomática na EUA e o dinheiro alemão, tendo, no entanto a concorrência norte-americana. A Índia está a iniciar a defesa da costa.

Há que considerar que os fundos de investimento Ocidentais estão cépticos e na expectativa do desenlace das grandes decisões climáticas. Os EUA estão a aumentar a produção de gás e a colocar um travão em novos projectos. A geoestratégia energética mundial, que influencia a segurança, está muito complexa.

¹⁵ CIP (2023). *Onde estão guardadas as receitas do projecto da Coral Sul FLNG?* Centro de Integridade Pública. Maputo.

¹⁶ <https://www.cartamz.com> de 29 de Maio de 2023

agravamento da pobreza na província de Cabo Delgado; e, (6) participação de organizações da sociedade civil moçambicana e/ou recrutamento pelas multinacionais de algumas pessoas anteriormente a trabalhar nessas organizações.

3.4 A cooperação das organizações não governamentais internacionais¹⁷

Em Moçambique, existem inúmeras organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras, com sede em Maputo, nas províncias ou a nível local, com os mais diversos objectos de trabalho (saúde, educação, assistência social, economia, meio ambiente, defesa de minorias, religião, entre outras). “Uma sondagem publicada em 2004 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicava que o país contava com 4.217 instituições de objectivo não lucrativo, das quais, quase 18% se concentravam em Maputo, ou seja, 758 unidades¹⁸”. Os principais sectores/áreas de actividade das OSCs são: desenvolvimento comunitário, agricultura, associações profissionais e grupo de interesse, mulheres, meio ambiente/desenvolvimento sustentável¹⁹.

Segundo este estudo da embaixada francesa, as OSCs não operam articuladas, os seus membros e trabalhadores possuem um baixo nível de qualificação, poucas são especializadas²⁰, são vulneráveis quanto à estabilidade dos técnicos devido à concorrência no mercado de trabalho²¹, os métodos de decisão são centralizados, limitada legitimidade representativa perante as pessoas a quem os programas se dirigem, são fortemente dependentes de recursos da cooperação instáveis nos valores e na continuidade temporal, actuam com uma legislação desajustada e, por vezes, persecutória por parte do poder, têm dificuldade de articulação com instituições públicas por resistência destas, possuem uma viabilidade ameaçada em consequência da dependência de recursos externos²². Numa outra perspectiva, as OSCs estão desprovidas de incentivos filosóficos e ideológicos. O trabalho nestas organizações é tido como um emprego, geralmente mais bem remunerado do que o mercado oferece e, para alguns dirigentes das ONGs, as organizações são trampolins para o protagonismo mediático, utilização de boas viaturas, viagens de trabalho ao estrangeiro, e uma possibilidade de serem contratados para organizações internacionais, no país e no estrangeiro.

¹⁷ Também conhecidas por organizações da sociedade civil.

Para uma caracterização e análise sobre a sociedade civil em Moçambique, veja Francisco, António (2010). *Sociedade civil em Moçambique. Expectativas e desafios*. Desafios para Moçambique 2020. IESE. Maputo.

¹⁸ Embaixada de França em Maputo (2005). as organizações da sociedade civil em Moçambique: actores em movimento. Embaixada de França --SCAC- Maputo.

¹⁹ Embaixada de França, Ibidem.

²⁰ Poucas OSCs são especializadas. As existentes especializadas dedicam-se a programas sobre o HIV-Sida, formação de técnicos,

²¹ Existe concorrência, na maioria dos casos, entre as OSCs, as embaixadas e organizações internacionais e, menos, com o mercado interno do trabalho.

²² Segundo o mesmo estudo, 69% das OSCs são dependentes de recursos externos, 12,7% são parcialmente financiadas e 18,2% são autónomas.

Os Estados Unidos da América actuam através da USAID, incluindo no apoio humanitário em Cabo Delgado. Em termos globais, os EUA são o principal doador (com 34,7% do total entre 2020 e 2022) no âmbito da ajuda do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC, em inglês). Seguem a Inglaterra (7,9%), a Suécia (6,8%), o Japão (6,3%) e a Alemanha (5,9). Estes cinco países representam cerca de 61,6% do total da ajuda proveniente dos DAC. Em termos de recepção da ajuda no âmbito da cooperação multilateral, o Banco Mundial representa 43,3%²³, o total dos sistemas das Nações Unidas soma 7,6%, seguindo-se o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Africano de Desenvolvimento com 7,3% cada. Não existem dúvidas sobre a elevada preponderância dos EUA e do Banco Mundial (este, naturalmente, coordenado com os EUA).

Depois desta caracterização da sociedade civil que se dedica a projectos agrícolas, constata-se que, na maioria dos casos, os projectos envolvem a construção de regadios, a importação de sementes e outros insumos (sobretudo fertilizantes), máquinas e assistência técnica. Os regadios são construídos sem a participação dos agricultores locais o que tem como consequência, em alguns casos, a construção de infra-estruturas com tecnologias de rega e drenagem e de gestão não dominadas localmente; as sementes e os químicos importados não possuem características adaptadas às condições locais, nem aos sistemas produtivos; as máquinas reduzem-se principalmente a tractores e algumas alfaias, sem que seja prevista a formação de operadores, a assistência técnica e a economicidade e acesso dos pequenos produtores; a assistência técnica é realizada por moçambicanos. Em resumo, os projectos são desenhados nos gabinetes pelos doadores, com, ou sem, participação das burocracias dos respectivos sectores, e implementados verticalmente, e a gestão e transparência na utilização dos fundos pode ser duvidosa²⁴.

Regra geral, no final do período dos projectos de cooperação, ficam regadios com baixa e deficiente utilização e, por vezes, a funcionar como terras de sequeiro, os equipamentos avariaram e surgem os cemitérios de máquinas, os insumos financiados deixam de ser fornecidos. Em resumo, após a execução do projecto, nada se modificou. Em muitos casos, os camponeses e pequenos produtores permanecem cada vez mais pobres.

“Hanlon e Smart (2008) observaram que, a par de mais bicicletas, electricidade e telefones móveis, verifica-se uma pobreza a agravar-se e a piorar para a maioria das pessoas. E acrescentam que, apesar da ajuda estar a aumentar, o rendimento da população rural está em queda. Resumindo, defendem que a actual estratégia de desenvolvimento do governo e doadores não tirará esta maioria da pobreza e, de acordo

²³ O Banco Mundial financia projectos agrícolas e infra-estruturas.

Os EUA, através do Millennium Challenge Corporation e da USAID, financiam principalmente a agricultura e infra-estruturas. Os Estados Unidos têm cooperação, militar e de segurança com Moçambique e no âmbito geoestratégico do Oceano Índico e Canal de Moçambique (difícilmente se pode acreditar que a Embaixada dos EUA em Maputo seja somente a embaixada deste país em Moçambique).

²⁴ O caso dos fundos doados para o combate à COVID-19, é um dos exemplos. Veja CIP (2022). *Gestão dos Fundos da COVID-19: – Como foram gastos os remanescentes USD 294,99 milhões?* Centro de Integridade Pública. Maputo.

com eles, as evidências mostram peremptoriamente que há mais bicicletas, mas não há desenvolvimento²⁵”.

4. CONCLUSÃO

Existem evidências acerca da convergência entre cooperação, IDE e questões geoestratégicas; o caso dos EUA é o exemplo mais paradigmático. O Japão possui interesses na produção de *commodities*, considerando a indústria alimentar e a escassa potencialidade agrícola nipónica, o que foi manifesto com o programa interrompido designado por ProSAVANA. A Suécia, assim como os países nórdicos um tradicional país cooperante na perspectiva do desenvolvimento, liberdades e democracia. O BAD tem como objectivos a melhoria do ambiente de negócios e o financiamento de projectos na agricultura, transportes e energia²⁶. Embora a China não conste na base de dados utilizada, sabe-se que é o principal credor individual de Moçambique com incidência em infra-estruturas, agricultura, transportes e comunicações, tendo, como contrapartida, interesses em recursos naturais (madeira, areias pesadas), estando também entrar na corrida pelo gás da bacia do Rovuma.

²⁵ Nipassa, Orlando (2009). *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*. Conference Paper N°36. IESE.

²⁶ Afirmção do representante do BAD em Moçambique na 11.ª edição do “Economic Briefing”, organizado pela Confederação das Associações Económicas (CTA).